

DESARMAMENTO E NÃO PROLIFERAÇÃO – DOSSIÊ NUCLEAR IRANIA- NO

CONTEXTO INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEO

- 2008 > discurso de Praga: compromisso de Obama com um mundo livre de armas nucleares.
- Novos desafios para a segurança internacional: crescente assertividade russa (Geórgia; Crimeia); incremento da presença militar chinesa no seu entorno regional; desenvolvimento dos programas nucleares de Paquistão e Índia; questão nuclear norte coreana e iraniana; modernização dos arsenais nucleares dos principais possuidores (EUA e Rússia);
- 2018: Nova Doutrina Nuclear dos EUA e mostras não veladas de poder nuclear por parte de Rússia e Coreia do Norte

ELEMENTOS CONCEITUAIS:

Visão gradualista - Condições internacionais favoráveis não pode haver redução da segurança negociações passo a passo	xxxxx	Visão proibitiva - condições sempre imperfeitas - segurança só existirá sem as armas - instrumento proibitivo <i>deslegitimizador</i>
--	-------	--

FUNDAMENTOS JURÍDICOS

A carta das Nações Unidas, embora não faça menção às armas nucleares, estabelece bases para as discussões das décadas seguintes sobre o desarmamento.

Artigo 11.1 da Carta da ONU: *The General Assembly may consider the general principles of co-operation in the maintenance of international peace and security, including the principles governing disarmament and the regulation of armaments, and may make recommendations with regard to such principles to the Members or to the Security Council or to both.*

Resolução 1(I) da AGNU (1946): estabeleceu comissão encarregada de propor medidas para a eliminação dos arsenais nacionais de armas atômicas e outras armas adaptáveis para a destruição em massa.

INSTITUIÇÕES MULTILATERAIS

> AIEA: Proposta em 1953, pelos EUA, com o objetivo de regulamentar e promover os usos pacíficos da energia nuclear. O organismo (autônomo) foi oficialmente estabelecido em 1957 (Viena) e apresenta anualmente relatório de atividades à AGNU e reporta ao CSNU quando demandado. Com a assinatura do

TNP, a AIEA recebeu o encargo de executar atividades de verificação do cumprimento das obrigações dos Estados não nuclearmente armados

SALVAGUARDAS

Repertório de medidas de controle e monitoramento aplicadas a todos os materiais nucleares utilizados em atividades nucleares no território de um país

- > Acordos de Salvaguarda de oferta voluntária (P5)
- > Acordos de salvaguarda de Alcance Parcial (Paquistão e Índia)
- > Acordos de salvaguarda Abrangentes (previstos no artigo III do TNP)
 - *Protocolos Adicionais aos Acordos Abrangentes (desde 1997)
- > JCPOA (Irã)

ARCABOUÇO NORMATIVO

O Arcabouço normativo do regime de não proliferação e desarmamento nuclear está, atualmente, voltado majoritariamente para a vertente da não proliferação nuclear.

> Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT): visa à proibição dos testes nucleares em todos os ambientes (inclusive ensaios subterrâneos). O texto foi negociado entre 1993 e 1996 na Conferência do Desarmamento, quando foi endossado pela AGNU e aberto para assinaturas. Embora já possua 162 ratificações, ainda não entrou em vigor, pois para vigorar demanda ratificação de 44 Estados específicos, constantes no Anexo II do acordo, entre eles EUA, China, Israel, Irã, Egito Índia (nem assinou), Paquistão (nem assinou) e Coreia do Norte (nem assinou).

> Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) "*pedra angular* do regime de não proliferação nuclear".

Histórico: negociado entre 1965 e 1968 na Comissão dos 18, quando foi apresentado, sem consenso, para a 1º Comissão das Nações Unidas e foi endossado pela AGNU (Brasil votou contra o endosso). Entrou em vigor em 1970. Hoje possui 191 Estados-parte (exceto Sudão do Sul, Israel, Coreia do Norte, Índia e Paquistão).

Objetivos: proíbe "Estados nucleares" de proporcionar materiais explosivos nucleares para Estados não nucleares e proíbe Estados não nucleares de fabricar essas armas, garantindo o direito ao uso pacífico da energia nuclear por todos os Estados.

Além disso, segundo o artigo VI, todos os Estados parte se comprometem a entabular negociações sobre medidas efetivas para cessação em data próxima da corrida armamentista nuclear e para o desarmamento nuclear, e sobre um Tratado de desarmamento geral e completo, sob estrito e eficaz controle internacional.

Apesar da insatisfação de países não nucleares com os termos do Tratado e das frustrações referentes à evolução da agenda de desarmamento, o TNP sempre foi instrumento vital para limitar o número de Estados que dispõem de armas nucleares. A eficácia do regime se deve, em grande medida, ao bem-sucedido sistema de verificação do cumprimento das obrigações assumidas pelos Estados não nucleares, uma vez que até hoje nenhum país não nuclear dentro do regime dotou-se de armamento nuclear.

OBS: *Grupo de Supridores Nucleares* > instituído em 1975. Tem o objetivo de coordenar atividades de controle de exportação de material, equipamento e tecnologia nuclear para fins pacíficos a países que não dispõem de armamento nuclear. O Brasil é parte do NSG desde 1996.

> Intermediate Range Nuclear Forces Treaty (INF): assinado em 1987, proíbe que EUA e Rússia possuam, produzam ou testem mísseis lançados da terra com alcance entre 500 e 5.500 km. Um dos principais objetivos do tratado era evitar que países aliados dos EUA na Europa e na Ásia pudessem ser atingidos por mísseis de alcance intermediário. Há cerca de 5 anos os dois lados vem mutuamente criticando que a outra parte desenvolve tecnologias de lançamento de mísseis contrárias aos termos do acordo. Recentemente, o Governo Trump anunciou que deverá denunciar o acordo.

> Strategic Arms Reduction Talks (START): programa bilateral entre EUA e Rússia de redução do arsenal nuclear dos dois países. Em 2009 foi assinado um novo acordo (novo START) que prevê a redução no número de ogivas nucleares de posse dos dois Estados até 2021.

- **Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares:**

- Espírito do texto: proibir as armas nucleares para estigmatizá-las perante a sociedade civil (última arma de destruição em massa a ser proibida);
- Adotado em 7/7/2017 por 122 votos em favor, uma abstenção e um contra;
- Brasil apoiou desde o início as tratativas e integrou o “core group”, afirmando que o tratado irá complementar o TNP. Foi o 1º país a assiná-lo;
- Irã votou a favor da adoção do texto, mas ainda não o assinou;
- Nenhum dos países nuclearmente armados participou da iniciativa, sob o argumento de que o Tratado afronta o regime multilateral já existente;
- futuro: 50 ratificações para entrar em vigor. (hoje 69 assinaturas e 19 ratificações)

PERSPECTIVAS FUTURAS:

PROLIFERAÇÃO PARA ENTES NÃO ESTATAIS

- Há atualmente crescente interesse de toda a comunidade internacional em fortalecer a segurança do material nuclear em posse dos Estados, a fim de evitar que possam ser utilizados por entidades não estatais, como organizações terroristas ou grupos criminosos.

COREIA DO NORTE

- **POSIÇÃO DA COREIA DO NORTE:** Pyongyang justifica seu programa nuclear e os testes missilísticos como reação à "política hostil" dos Estados Unidos. Em particular, percebe os exercícios militares conjuntos dos Estados Unidos e Coreia do Sul como uma ameaça direta e "prelúdio de uma invasão", exigindo seu fim imediato. Para eles, a ausência de armas nucleares no cenário de acirramento das tensões com os EUA, um país nuclearmente armado, coloca em risco a própria existência do país e pode, no mínimo, levar à queda do governo, sendo muito presente o exemplo líbio. No contexto da reunião de Singapura com o Presidente dos EUA, os norte-coreanos, como medida de confiança, suspenderam novos testes de lançamentos de mísseis e destruíram uma instalação de testes nucleares.
- **POSIÇÃO DOS EUA:** os EUA buscam o desarmamento nuclear total, verificável e transparente da Coreia do Norte. Aplicam para tanto sanções unilaterais e vem conseguindo ampliar as sanções multilaterais do CSNU ao governo norte-coreano nos últimos anos. O presidente Trump, depois de uma escalada retórica, reuniu-se com Kim Jong-Un em Singapura, em junho de 2018. Desde então, dizem estar trabalhando em um plano de desnuclearização do

país e os EUA cancelaram exercícios militares conjuntos com os sul-coreanos sinalizando abertura para negociar o desarmamento.

- POSIÇÃO DA COREIA DO SUL: Moon Jae-in foi eleito Presidente, em 05/2010 com o discurso de que buscava promover política intercoreana inspirado na "Sunshine policy" (1998 – 2008). No contexto dos jogos olímpicos de inverno de 2018, iniciaram uma reaproximação de fato com os norte-coreanos, abrindo espaço para a retomada de diálogos políticos em diferentes setores, inclusive de segurança e defesa.

IRÃ

1957 - Acordo de cooperação e pesquisa para o uso pacífico de energia atômica

1967 - Criação do Centro de Pesquisa Nuclear de Teerã

1968 - Irã assina o TNP

1973 - o Irã lança plano de instalação de diversas usinas nucleares até o fim do século XX, buscando parcerias com Alemanha e França

1979 - Revolução iraniana faz cooperação com ocidente em matéria nuclear ser interrompida

Década de 1980: após a Guerra Irã-Iraque (1980-1988), o país volta a destinar recursos para o desenvolvimento de tecnologia nuclear

- Início da construção do **complexo Nuclear de Arak**

1995 - Retomada da construção da **usina nuclear de Bushehr**, em parceria com os russos

2002 - Suspeita de desenvolvimento de programa nuclear para fins não pacíficos (contexto regional e global de "guerra contra o terrorismo")

2003: sob pressão internacional, após a revelação por grupo de opositores da existência da **instalação nuclear de Natanz**, o governo iraniano assinou o Protocolo Adicional (PA) ao seu Acordo de Salvaguardas Abrangentes com a AIEA e iniciou sua aplicação voluntária, uma vez que o acordo ainda não havia sido ratificado internamente

2004: Acordo de Paris com EU-3 (França, Alemanha e Reino Unido, com a facilitação da União Europeia) para suspender temporariamente o enriquecimento de urânio

2005: No contexto da eleição de Mahmoud Ahmadinejad, o Irã retoma o enriquecimento de Urânio e rejeita um acordo de longo prazo com EU-3

2006: O Irã suspende sua aplicação voluntária do PA e a AIEA remete a questão nuclear iraniana ao CSNU

OBS: inícios de conversações no formato EU-3+3 (P5+1), uma vez que o tema passou para a alçada do CSNU, que aprovou nesse ano a 1ª resolução de sanções multilaterais ao regime (banimento de transferências de tecnologia nuclear e missilística, além do congelamento de ativos de pessoas e entidades)

2009: Após anúncio de EUA, Reino Unido e França de que haviam descoberto a construção de outra instalação nuclear, o Irã revela oficialmente, por meio de carta à AIEA, que estava construindo a planta de enriquecimento de urânio de **Fordow**

2010: Assinada a Declaração de Teerã e passa no CSNU a Resolução 1929 (“*too little too late*”)

2013: Hassan Rouhani assume a presidência do Irã e destrava as negociações com o P5+1. Em 10/2013 é assinado o JPoA, que prevê até 30/6/2015 a conclusão de um acordo abrangente.

14/7/2015: assinado o JCPoA. O Acordo amplia de 3 meses para 1 ano o tempo mínimo estimado para que o país consiga produzir uma bomba nuclear por meio de algumas medidas técnicas:

- a) redução de cerca de 20mil para 5mil no número de centrífugas de enriquecimento de Urânio em Natanz;
- b) conversão de Fordow em centro de pesquisa e desenvolvimento científico, com a manutenção de cerca de mil centrífugas e a ausência de enriquecimento de urânio na instalação por 15 anos;
- c) compromisso com a ratificação do PA e com sua aplicação provisória;

d) redução de 10mil kg para 300 kg de estoque de urânio levemente enriquecido no país, por 15 anos.

Em troca, o país recupera cerca de US\$ 100 bilhões de ativos congelados no exterior e tem sanções econômicas suspensas, gradativamente, à medida que vai cumprindo com as metas do Acordo.

20/7/2015: o CSNU adota resolução que endossa o JCPoA e demanda da AIEA relatórios quadrimestrais acerca da implementação do acordo pelo Irã

8/5/2018: o Presidente Donald Trump anuncia que os EUA unilateralmente deixarão de implementar o JCPoA e reiniciarão sanções unilaterais contra o Irã

Motivações: a) cláusulas de caducidade (“sunset clauses”); b) possibilidade de o Irã desafiar inspeções em instalações militares (não nucleares); c) ausência de restrições no JCPoA sobre o desenvolvimento do programa missilístico; d) política iraniana no Oriente Médio

DESAFIOS FUTUROS:

- Sanções estadunidenses ‘secundárias’, relativas a empresas estrangeiras que realizam negócios com Teerã
- “Special Purpose Vehicle” (SPV) da UE, para facilitar a continuação de transações comerciais com o Irã
- Termos estadunidenses para a negociação de novo acordo

Referências bibliográficas

- https://www.nti.org/media/pdfs/iran_nuclear.pdf?_=1316542527
- <https://www.foreignaffairs.com/articles/middle-east/2018-10-15/michael-pompeo-secretary-of-state-on-confronting-iran>
- <https://www.foreignaffairs.com/articles/iran/2012-06-15/why-iran-should-get-bomb>
- Desarmamento e temas Correlatos (FUNAG,2014) – Sérgio Duarte